



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O DISCURSO MUDIÁTICO:
OCUPAÇÃO MIRABAL**

Ana Claudia Storchi Carlos¹
Gleny Terezinha Duro Guimaraes²
Rochele Pedroso de Moraes³

Resumo: Esse artigo teve como base uma pesquisa do tipo teórica de caráter qualitativo, utilizou-se da técnica de análise documental para a construção do corpus que subsidiou a análise crítica de discurso em Van Dijk. O corpus de análise é constituído das reportagens publicadas sobre a ocupação urbana denominada, Ocupação Mirabal junto aos meios midiáticos: Sul 21, Grupo RBS e Jornal do Comércio. A partir dos resultados alcançados a pesquisa visou compreender a imagem que o discurso da esfera pública, veiculada pelos meios de comunicação, cria sobre os movimentos sociais ligados a ocupação junto ao território urbano.

Palavras-chave: Movimentos sociais urbanos; Ocupações urbanas; Discurso midiático.

**PORTRAIT OF URBAN SOCIAL MOVEMENTS IN THE MEDIATIC SPEECH:
MIRABAL OCCUPATION**

Abstract: This article was based on a theoretical type research with a qualitative character, the method of documental analysis was used for the construction of the corpus that subsidized the critical analysis of speech in Van Dijk. The corpus of the analysis consists of published reports from November 2016 to October 2017 regarding the urban occupation known as Mirabal Occupation, from the media: Sul 21, Grupo RBS e Jornal do Comércio. From the achieved results, the research aimed to understand the image that the public sphere speech, transmitted by the media, creates on social movements linked to occupations in urban territory.

Keywords: Urban social movements; Urban occupations; Mediatic speech.

1 Introdução

O presente artigo resulta da pesquisa qualitativa do tipo teórica **Ocupação no Território Urbana: (I)legalidade para quem?** Vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Território - GEPsT, vinculado ao Programa de Pós-graduação do curso de Serviço Social da PUCRS, vinculada ao Observatório das Metrôpoles. O Objetivo central desta pesquisa é *analisar o discurso público, veiculado*

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <anacscarlos@hotmail.com>.

² Doutora em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <gleny@puers.br>.

³ Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <rochelepmoraes@hotmail.com>.

pelos meios de comunicação, sobre as ocupações realizadas pelos movimentos sociais, a fim de compreender as configurações das questões ligadas ao território urbano e como estabelecem a manutenção da reprodução do sistema capitalista.

Para isso, utilizou-se da análise documental das matérias produzidas por três veículos de comunicação existentes em Porto Alegre: Grupo RBS; do Jornal do Comércio e do Jornal Digital Sul21, que produziram matérias que retratam a **Ocupação Urbana Mulhares Mirabal**, no centro histórico da cidade. O corpus de análise compreende o período de novembro de 2016, quando ocorreu a ocupação até outubro de 2017.

A partir da produção noticiosa sobre a ocupação, nossa pesquisa utilizou os fundamentos dos Análise Crítica do Discurso (ACD) do teórico Van Dijk, a fim de compreender a imagem que o discurso da esfera pública, veiculada pelos meios de comunicação, cria sobre os movimentos sociais ligados a ocupação junto ao território urbano.

2 Desenvolvimento

O referente artigo apresenta um caráter qualitativo visando compreender a realidade social em que se materializa a temática pesquisada. O artigo se consolida com base em uma pesquisa teórica, tendo como referência as obras publicadas sobre território urbano, esfera pública e o direito a cidade e a moradia. Utilizou-se da técnica de análise documental para a construção do corpus da pesquisa, subsidiando a análise crítica de discurso com base em Van Dijk.

A metodologia utilizada tem como base a aplicada junto ao Observatório das Metrópoles, permitindo o monitoramento do espaço urbano, na medida em que utiliza indicadores sociais que possibilitam uma análise comparativa entre os mesmos, através dos dados do IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano, elaborado a partir das pesquisas desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles, enquanto um índice social.

As informações foram analisadas mediante a Análise Crítica de Discurso (ACD). A ACD, considera discurso como toda expressão escrita ou simbólica, ou visual, ou concreta, que expresse algum tipo de significado para a constituição das relações sociais. Enquanto objeto de análise, as relações de poder ganham enfoque central para a ACD, caracterizando-se como aquelas que de alguma maneira expressem uma “[...] forma de dominação, que resultam em desigualdade e injustiça social” (DIJK, 2015, p.10).

Segundo Van Dijk, “[...] a AD em si não é um método; antes, constitui um domínio de práticas acadêmicas, transdisciplinares, distribuída por todas as ciências

humanas e sociais” (DIJK, 2015, p.11). Desta forma, o que define quais serão as etapas e modo como o pesquisador irá desenvolver a análise depende do que está relacionado com o objetivo da pesquisa, com a formação do pesquisador, com a filiação teórica que o mesmo detém para a concepção de homem e sociedade.

O corpus de análise que compõem este artigo é constituído por três mídias do Estado do Rio Grande do Sul, publicadas por meio digital e/ou impresso: Sul 21, Jornal do Comércio, Grupo RBS. As reportagens que compõem o corpus de análise foram selecionadas dentre o período de novembro de 2016 a outubro de 2017. Além dos referidos meios midiáticos, foi realizado um acompanhamento das publicações junto a *fanpage* oficial da Ocupação Mirabal, a fim de apreender o posicionamento e caracterização da ocupação de acordo com acontecimentos no período de análise.

Mídias selecionadas

O Jornal do Comércio foi fundado em maio de 1933, dedicado a notícias de economia e negócios, voltado para comerciantes e a elite empresarial do Estado do Rio Grande do Sul a fim de cobrir o mundo dos negócios e manter informado sobre as demandas do interesse privado.

O Grupo empresarial Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), tem sua origem no final dos anos 50, adquirindo a aquisição da Rádio Gaúcha por Maurício Sirotsky Sobrinho. Seu predomínio local se dá partir dos anos 1970. A RBS nasceu a partir dos negócios de radiodifusão tornando-se um conglomerado multimídia de alcance regional e ligações nacionais vinculado à Rede Globo. (RUDIGER, 2007). Com uma ampla gama de emissoras de tevê e rádio, jornais no RS e em SC, a RBS é considerada na atualidade o Grupo midiático hegemônico no Sul do país, controlando e direcionando boa parte da formação da opinião pública.

Em contraponto a visão tradicional das mídias vigentes, O Sul 21 apresenta-se como um veículo de comunicação digital, a fim de promover prioritariamente o noticiário político, com um posicionamento crítico e alinhado ao campo da esquerda. Fundando no ano de 2010, na cidade de Porto Alegre, o jornal afirma seu posicionamento ideológico:

Reafirmamos de forma clara, direta e honesta, as nossas convicções, que de maneira nenhuma interferirão no noticiário: apoiamos – ressalvadas algumas divergências pontuais – o projeto de desenvolvimento em andamento no Brasil, com diminuição das desigualdades regionais, econômicas e sociais. As nossas convicções, no entanto, não nos impedem de criticar este mesmo projeto que apoiamos, quando acharmos necessário. Manteremos nossa independência e

autonomia, indispensáveis à manutenção do compromisso com a verdade e com a democracia na informação (SUL 21, 2010).

Dentre as três mídias analisadas, todas fazem a cobertura dos acontecimentos locais, dentre eles, as ocupações urbanas, realizadas pelos movimentos sociais, trazendo em seu discurso o posicionamento ideológico em que defendem e que encontra-se de forma subentendida em suas reportagens.

A Ocupação Mirabal

A Ocupação Mirabal tem como foco central a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica que se encontram desprovidas de moradia e amparo institucional por via das políticas públicas para às mulheres. A casa se autodenomina “Casa de Referência às mulheres em situação de risco e violência Mirabal”. A ocupação deu-se início no dia 25 de novembro de 2016, em um prédio pertencente à Congregação Salesiana, onde se instalou por mais de 20 anos o Lar Dom Bosco, uma organização não governamental dedicada a atender meninos em situação de vulnerabilidade social. Há três anos o prédio encontrava-se desocupado até a data da ocupação.

A data e a denominação da ocupação foram escolhidas com referência na história das Irmãs Mirabal, nascidas na década de vinte do século XX, na República Dominicana. Dentro de um amplo histórico de lutas contra a ditadura dominicana, três delas foram brutalmente assassinadas pelo ditador Rafael Leónidas Trujillo de Molina. No Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho de 1981, em homenagem as irmãs Mirabal, foi escolhido dia 25 de novembro, data do assassinato das Irmãs Mirabal, como o Dia Internacional contra a violência contra a mulher (BARAÚNA, 2014).

Figura 1: Prédio que abriga a casa de referência às mulheres em situação de risco e violência Mirabal.



Fonte: Foto de Guilherme Santos. Publicada em 16 de março 2017 no Jornal Sul 21.

A ocupação foi inspirada também na experiência de Minas Gerais, intitulada: “Casa de Referência de Mulheres Tina Martins”, em adesão ao Movimento Olga Benário: Movimento de Mulheres Olga Benário foi criado para unir as mulheres brasileiras na luta por melhores condições de vida, pela igualdade de direitos e pelo Socialismo. Dentre as bandeiras do Movimento Olga Benário encontram-se o posicionamento em oposição a espoliação e guerras imperialistas; a garantia de emprego e igualdade salarial para homens e mulheres; o fim da discriminação, exploração sexual, violência doméstica e sexual de mulheres e crianças; amplo acesso à saúde, planejamento familiar e direitos reprodutivos; creche, restaurantes e lavadeiras públicas; garantia de acesso à moradia digna e educação e a igualdade de direitos e pelo Socialismo (MOVIMENTO OLGA BENÁRIO, 2017).

Além da articulação junto ao Movimento de Mulheres Olga Benário, o movimento de mulheres que coordena a ocupação Mirabal está articulado com diversos movimentos sociais, como por exemplo, a formação de um partido político que se encontra em processo de legalização, denominado Unidade Popular pelo Socialismo e o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, no qual encontra-se incluso o Movimento dos Lanceiros Negros de Porto Alegre.

No que se refere ao funcionamento da ocupação, ela se consolida com fim de acolher mulheres vítimas de violência. Visando preservar a integridade das mulheres acolhidas na ocupação, existem um controle da entrada e saída de visitantes na Casa de Referência. É permitida a visita de homens, entretanto, o acesso é restrito, tendo em vista a segurança das mulheres em proteção.

A manutenção e continuidade das atividades desenvolvidas junto à casa de referência, se dá sem apoio financeiro estatal, utilizando-se de ações estratégicas de arrecadação, doações e vendas de produtos realizados junto a ocupação. Os produtos necessários para manutenção das atividades da casa, são solicitadas por meio de listas de demandas, publicadas de forma recorrente na página do facebook da Ocupação Mirabal, para possíveis doações do público em geral. Dentre as atividades de arrecadação de fundos para manutenção da ocupação, encontra-se a participação de feiras, comercializando produtos confeccionados pelo próprio movimento e a realização de Brechós, com venda de roupas usadas, recebidas por meio de doações.

A Ocupação Mirabal promove junto ao seu espaço físico diversas atividades culturais e espaços coletivos de formação a debate crítico, abertos ao público

em geral. Dentre algumas das atividades promovidas pela ocupação, encontra-se: cine debates envolvendo questões sobre gênero e a participação das mulheres na ditadura, cines infantis, diversas rodas de conversa debatendo temas como direito a cidade, gênero e as mulheres no campo e a previdência social. Promovem o incentivo à cultura negra através de eventos como Sarais de Poesia Negra em parceria com comunidades quilombolas locais e rodas de capoeira.

A ocupação realiza ainda, diversas oficinas junto ao espaço da ocupação, como: oficina de saúde sexual para mulheres que fazem sexo com mulheres; fanzine; confecção de sabonete artesanais; confecção de panetones; difusor de ambiente e tônicos faciais; grafite; quitapenas; dança africana; práticas para a construção civil com noções elétricas básicas.

Alguns dias após a ocupação do prédio, os proprietários do imóvel realizaram o pedido de reintegração, em decorrência deste fato, a Ocupação Mirabal buscou nas redes sociais, eventos e espaços de formação, a fim de mobilizar a população a apoiarem a causa e garantir de um novo espaço para a efetivação das atividades e acolhimentos as vítimas. A Ocupação Mirabal recebeu apoio de diversos atores sociais, como das deputadas estaduais, dos músicos locais e nacionais, como Tonho Crocco, ex-vocalista da Banda Ultramen, Fred Zero Quatro, vocalista da Banda Mundo Livre S. A e o apoio público da cantora Elsa Soares em sua apresentação em Porto Alegre, entre outros.

Até o mês de setembro de 2017, o processo judicial oscilava dentre os tramites internos, ocasionando incerteza e instabilidade para o possível destino da ocupação, assim como das mulheres e crianças acolhidas. O receio das integrantes de uma possível reintegração de posse, utilizando-se da agressão física e da força policial é descrito em diversas reportagens do corpus de análise. Dentre as reportagens analisadas, encontram-se, diversos relatos da legitimação da ocupação pelo Ministério Público, entre outros órgãos estatais, se posicionamento abertamente a favor da ocupação e do trabalho realizado por ela, assim como realizando encaminhamentos de mulheres vítimas de violência para serem acolhidas junto a ocupação.

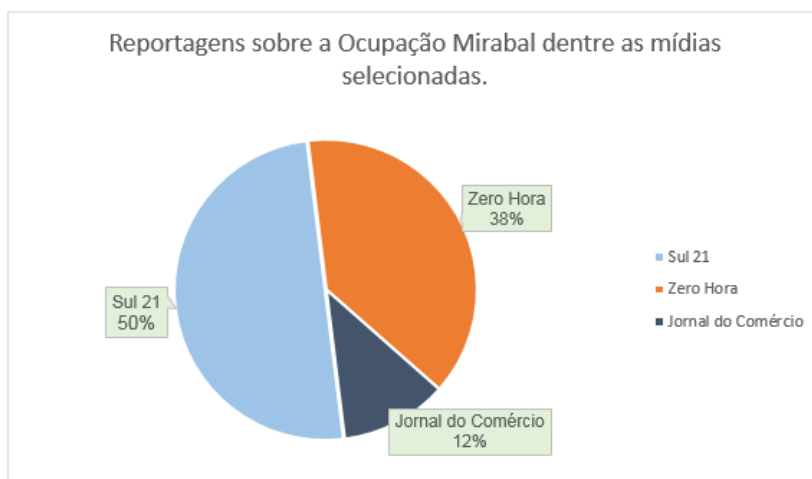
Após longo período de instabilidade e de incessantes negociações, no dia 22 de setembro de 2017, a Ocupação Mirabal publicou em sua fanpage do facebook um pronunciamento oficial da casa de referência mulheres Mirabal, disponível no anexo F, relatando o encaminhamento após uma reunião junto aos órgãos do Estado e do

Município, onde ficou suspensa a reintegração de posse até maio de 2018, enquanto um grupo técnico fará buscas por um novo espaço para continuidade das atividades. Após o pronunciamento oficial da ocupação sobre a suspensão do pedido de reintegração de posse, as atividades de acolhimento as mulheres vítimas de violência e a construção de espaços e eventos de debate crítico continuam sendo efetuadas normalmente.

Resultados alcançados

A análise dos dados tem como corpus as matérias vinculadas em três meios midiáticos da imprensa do Estado do Rio Grande do Sul, no período de novembro de 2016 a 15 de outubro 2017, em reportagens que abordam a Ocupação Mirabal sobre diferentes âmbitos.

Gráfico 1 - Reportagens publicadas sobre a ocupação dentre as mídias selecionadas.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Dentre as três mídias selecionadas (Grupo RBS, Sul 21 e Jornal do Comércio) foram encontradas vinte seis (26) reportagens sobre a ocupação. A partir de uma abordagem quantitativa, o Sul 21 destaca-se dentre as mídias selecionadas por apresentar treze (13) reportagens sobre o tema, totalizando cinquenta por cento (50%) das reportagens; o Grupo RBS apresenta dez (10) reportagens sobre o tema, contabilizando trinta e oito por cento (38%) das reportagens selecionadas e o Jornal do Comércio apresentou três (3) reportagens, quantificando doze por cento (12%) do corpus de análise.

A partir de uma análise quantitativa, o elevado índice de reportagens junto ao meio midiático Sul 21, evidencia um maior interesse e/ou relevância da referida mídia em destacar e acompanhar os fatos ocorridos junto à ocupação em comparação aos demais meios selecionados. Dentre as reportagens analisadas junto ao Sul 21, encontra-se de

forma unanime a legitimação do movimento, trazendo a figura da mulher como protagonista e ressaltando o caráter político ideológico do movimento de forma propositiva. A mídia Sul 21, apresenta-se coerente em todas reportagens analisadas ao seu posicionamento ideológico, não apresentando sinais claros em seu discurso de contradições. O referido jornal, afirmar-se abertamente deter um posicionamento crítico, trazendo em seus editoriais um posicionamento alinhado a uma vertente política de centro-esquerda, produzindo um viés ideológico⁴ distinto das mídias tradicionais.

As imagens inclusas nas reportagens selecionadas também ressaltam a ocupação a partir de caráter social, valorizando as atividades realizadas, dando visibilidade as faixas com caráter crítico e feminista e principalmente destacando a figura das mulheres, salientando seus rostos e suas histórias e proporcionando através das imagens a valorização das mulheres como protagonistas neste espaço.

A dicotomia dentre da legalidade e ilegalidade da ocupação é descrita pela mídia digital a partir de um viés de contraposição ao interesse privado, descrevendo o pedido de reintegração de posse como um impasse as atividades realizadas. Dentre as reportagens, relata-se sobre a ausência de espaços públicos que viabilizem a segurança das mulheres vítimas de violência em Porto Alegre, a fim do suprimento da elevada demanda junto a região.

O apoio estatal ao movimento, principalmente do Ministério Público é destacado na grande maioria das reportagens, descrevendo a importância que as atividades da casa de referência possuem junto ao âmbito social, mesmo ainda de forma irregular. As reportagens trazem diversas falas de representantes do Ministério Público, dentre outros órgãos estatais, valorizando o trabalho realizado, encaminhando demandas e destacando a importância do espaço para o acolhimento das vítimas.

Outro ponto característico dentre o discurso do Sul 21 é a valorização das atividades realizadas junto a ocupação, como oficinas, rodas de conversa e demais ações, trazendo o local também como um espaço de formação. Ao contrário das demais mídias analisadas, o Sul 21 destaca o caráter político do movimento, ressaltando nas falas e atividades o posicionamento crítico de forma propositiva. Quanto à questão legal da

⁴ Segundo Van Dijk, “[...] ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como o preconceito” (DIJK, 2015, p. 48).

função social junto ao prédio que antes encontrava-se inativo é apresentado pelo Sul 21 como um espaço que deve servir a comunidade.

A linguagem utilizada junto a todas reportagens publicadas pelo Sul 21, apresentam-se de forma simples e coloquial, possibilitando a apreensão do discurso proposto ao grande público. A utilização de elementos como o abuso de poder e manipulação no discurso em favor da elite simbólica, não é apresentado de forma aparente dentre as reportagens analisadas.

Em contrapartida, junto as reportagens do grupo RBS, a cobertura inicial do veículo sobre a Ocupação Mirabal, se deu alguns meses após o dia da ocupação, a primeira reportagem a falar da Ocupação foi realizada pelo Jornal Popular Diário Gaúcho em 22 de fevereiro de 2017, quase 3 meses depois do fato. A partir desse fato, podemos concluir que o Grupo RBS apenas deu visibilidade/cobriu após a Ocupação Mirabal estar consolidada, e já estar presente no debate público, dando maior destaque para o mês de junho, onde o enfoque seria a possível decisão sobre o futuro da ocupação pelas autoridades vinculadas poder público.

A partir da leitura das matérias referente a Ocupação Mulheres Mirabal, percebeu-se que o veículo retratou o movimento de mulheres por ângulos que distorceram os reais motivos e intenções do movimento social. O primeiro viés diz respeito a uma suposta disputa pela propriedade do prédio onde a ocupação se encontra. A cobertura jornalística cobriu a ocupação a partir do âmbito jurídico, em todas as matérias, as informações centrais que dão bases para a produção das notícias consistem no andamento do processo judicial de desocupação da propriedade, focado nas decisões judiciais e do andamento do “mandado” de “reintegração de posse”. Para reforçar o sentido de disputa do prédio, utilizou-se de imagens que apresentam a fachada do prédio, com as portas trancadas e com faixas do movimento, reforçando a noção de disputa pela posse do prédio.

Ao contrário do jornal Sul 21, o veículo não deu divulgação sobre o posicionamento político crítico do movimento social, assim como, das atividades ou campanhas divulgadas e/ou realizadas pela ocupação. Na narrativa jornalística a Ocupação Mirabal acaba se tornando um espectador passivo, apenas esperando a decisão judicial.

O segundo recurso utilizado pelo veículo é a forma que ele trata e divulga a Ocupação Mulheres Mirabal. Se por um lado, as integrantes da ocupação são

expectadoras passivas, por outro lado, o jornal Zero Hora, define a ocupação como uma Organização Não-Governamental (ONG), esvaziando seu caráter político do movimento social. É importante ressaltar que em nenhum momento nas falas relatadas pelo veículo, nenhuma representante expressa diretamente qualquer afirmação que demonstre o interesse do movimento em se tornar uma ONG, em contrapartida, o jornal em sua ação comunicativa relata em diversos momentos, afirmações ou elementos que visam enquadrar o movimento como ONG.

Nas matérias que fazem referência ao funcionamento e a organização da ocupação, torna-se visível a indução de destacar características da ocupação que se aproximam do terceiro setor, como o trabalho voluntário e a legitimação do movimento por não depender do apoio financeiro estatal para seu sustento. Tal ação comunicativa contribui para o ocultamento do caráter ideológico crítico da ocupação, transformando-a em organização com uma ação funcional, favorável ao Estado e não de oposição ao mesmo. A manipulação envolve não apenas o poder, mas especificamente o abuso de poder, ou seja, dominação dos fatos por meio da linguagem. Mais especificamente, a manipulação implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso: os manipuladores fazem os outros acreditarem ou fazerem coisas que são os interesses do manipulador, contra os interesses dos manipulados (DIJK, 2015).

Em nenhum momento do discurso público é retratado a organização das mulheres como frente a cultura do machismo e da violência, não existe imagens ou referências de outros movimentos sociais que as apoiam ou que de a impressão que seja um movimento social politizado. Esse esvaziamento e a inversão da realidade é uma forma de abuso de poder, como demonstra Van Dijk, quando o grupo dominante, salienta apenas um viés do discurso a seu favor em detrimento a totalidade da discussão proposta pelo movimento.

Na narrativa produzida pelo grupo RBS, também fica claro o seu posicionamento perante a manutenção da propriedade privada em seus textos. Essa aparente contradição entre a função social do imóvel e o direito à propriedade privada, em jogo na luta pela Ocupação Mirabal, teria como solução segundo o veículo, a transferência da casa de referência para um prédio cedido pelo Estado, garantindo assim, o direito da propriedade do prédio aos Irmãos Salesianos.

Por fim, o Jornal do Comércio, ao longo do processo da ocupação Mulheres Mirabal, publicou três matérias. A primeira cobertura deu-se imediatamente

após o dia da ocupação, com o título de “*Ocupação quer se tornar centro de referência para mulheres*”. Antes dos proprietários do prédio se manifestarem em oposição a ocupação, o jornal apresentou um discurso favorável ao movimento, apresentando a ocupação Mirabal como sendo diferente das demais ocupação de Porto Alegre, pois ela está preocupada com a “dependência financeira” das mulheres, e que busca “*promover a geração de renda para as acolhidas, através de oficinas de capacitação profissional*” e particulariza alegando que “[...] essa é a primeira ocupação da cidade com esse fim” (SANDER, 2016a, p.1)

Por ser um veículo de comunicação destinado a setores empresariais, caracterizar o movimento como uma possibilidade de gerar lucro, assim como descrito no parágrafo anterior, pode ser uma tentativa de legitimar a ação das mulheres que ocuparam o prédio, e ganhar apoio ao público leitor do jornal. Para reforçar este fato, ainda na primeira reportagem, o jornal utiliza-se de uma citação direta da fala de uma das ocupantes:

Uma das situações que muitas vezes prende a mulher a um relacionamento abusivo é a dependência financeira. Como sabemos que a estadia em um centro de referência é provisória, procuramos emponderar a vítima dessa maneira [...]. Essa é a primeira ocupação da cidade com este fim (SANDER, 2016a, p.1).

Após o posicionamento público contra a ocupação e o pedido de reintegração de posse pelos proprietários do prédio, o posicionamento do veículo muda radicalmente de posição. A segunda matéria, dois dias após a primeira, com o título de “*Mulheres que ocupam prédio da inspetoria salesiana devem ser despejadas*” demonstra a mudança de posição do veículo. Em uma primeira análise dessas matérias, percebeu-se de forma clara a mudança de posição do veículo frente a ocupação Mirabal, a partir do posicionamento dos proprietários do prédio, os Irmãos Salesianos, junto ao poder judicial, a fim de solicitar a reintegração de posse.

Se na primeira matéria houve uma particularização do movimento de mulheres a partir do viés econômico, a partir da segunda a linguagem jornalística muda drasticamente, o veículo utiliza-se de termos que criminalizam e generalizam a ocupação, perdendo o caráter de particularidade descrito na primeira reportagem. Utilizam-se termos sofisticados e complexos, trazendo na íntegra a decisão da Juíza Carla Patrícia Della Giustina, como a linguagem jurídica:

Na madrugada de 25 de novembro o imóvel foi arrombado, o sistema privado de segurança foi acionado e um grupo de pessoas de movimentos feministas adentrou o recinto, negando-se a sair. Indubitavelmente, a parte autora teve a

sua posse suprimida de forma arbitrária, inclusive com elementos evidenciando o depredamento (SANDER, 2016b, p.1).

A partir deste momento o discurso público utiliza termos pejorativos para caracterizar o movimento, assim como de linguagem jurídica e rebuscada, inacessíveis ao público em geral, presentes na segunda e terceira reportagem. O enfoque intencional na linguagem, utilizando de estratégias linguísticas como o uso de vocabulário rebuscado e a caracterização do grupo oposto com adjetivos pejorativos são consideradas para Van Dijk estratégias de manipulação e indução por meio da linguagem, estabelecendo o quadro ideológico usual da polarização de um grupo discursivo, encontrados em todos os discursos ideológicos. “Já que a manipulação-social discutida aqui também envolve dominação (abuso de poder), é provável que tal ‘manipulação seja também ideológica’” (DIJK, 2015, p. 253)

Índice Desenvolvimento Urbano – IBEU

A fim de apreender a realidade urbana de Porto Alegre, observando as demandas e limitações estruturais que a cidade impõem aos seus habitantes, a compreensão do cenário urbano através do Índice de Bem-estar Urbano (IBEU), estabelecido pelo Observatório das Metrópoles, possibilitou avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovido pelo mercado e pelos serviços sociais prestados pelo Estado. Por meio do índice é possível analisar indicadores de mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana (AZEVEDO, 2014).

A partir da análise de Luciano Fedozzi e Iara Regina Cartello do bem-estar urbano da região metropolitana de Porto Alegre, a região é constituída por dois polos, um território de excelência no que diz respeito às condições de vida urbana, e outro, composto de uma periferia com condições baixas de infraestrutura. (FEDOZZI; CARTELLO, 2013)

Segundo os autores a dimensão condições habitacionais urbanas, explicitam as diferenças entre as duas estruturas polarizadoras. O eixo sul-norte apresenta ilhas de condições habitacionais muito altas. Entretanto, no entorno dessas áreas as condições vão se tornando mais precárias, estabelecendo-se uma diferença importante entre o padrão espacial da precariedade habitacional nas duas sub-regiões. A partir da apreensão da

realidade através do IBEU, os autores constataam uma forte segmentação no espaço urbano-metropolitano, sendo Porto Alegre o único município onde existe, simultaneamente, um território de excelência no que diz respeito às condições de vida urbana, e de outro, uma periferia que apresenta as condições mais baixas (FEDOZZI; CARTELLO, 2013).

A visível desigualdade de condições habitacionais e de bem-estar urbano na região metropolitana de Porto Alegre, apreendida através do IBEU, permite compreender a segmentação do território urbano a partir de um viés socioeconômico. As ocupações urbanas, dentre este contexto, oportunizam o acesso as classes subalternas a habitação, permitindo que a população possa ser inserida em espaços com uma qualidade de vida distinta das regiões periféricas e possibilitando um sentimento de pertencimento de seus integrantes ao território urbano. A Ocupação Mirabal dentre este contexto, além de viabilizar uma função social ao espaço inativo, executa a efetivação de um direito social de reponsabilidade estatal e que é privado da maior parte das mulheres que dele necessitam.

3 Considerações Finais

A possibilidade de uma análise crítica da produção teórica sobre o tema junto ao âmbito midiático, permitiu estabelecer elementos de compreensão do papel social das mídias locais na formação da opinião pública. A imprensa hegemônica oculta o debate sobre os vazios urbanos, sobre a desigualdade evidente nas relações entre centro-periferia e a inutilização dos espaços urbanos para um fim social, favorecendo o uso do território ao mercado. Com base nesse contexto, observa-se que dentre as mídias analisadas, duas delas apresentam características que preconizam os interesses privados e estatais em detrimento dos coletivos.

O discurso público, veiculado pelos meios de comunicação analisados, ressaltam a existência de uma contradição presente entre os três veículos, sendo que, o Jornal digital Sul 21, destaca-se dos demais apresentando um discurso crítico, com um caráter político que prioriza as ações sociais desenvolvidas pela ocupação. As demais mídias analisadas, priorizam a legitimação da propriedade privada e domínio estatal em detrimento das ações realizadas junto a ocupação.

O discurso presente nas publicações do Jornal do Comércio, apresenta um caráter ideológico de defesa aos interesses do endogrupo, utilizando-se da manipulação através da apropriação do conhecimento linguístico e do domínio do poder midiático. As

escassas publicações a respeito da ocupação em comparação aos demais meios analisados, a inexistência de reportagens que descrevam o desfecho legal sobre a ocupação até o término do período de seleção do corpus da pesquisa e o ocultamento das atividades realizadas junto a ocupação, denotam a manipulação dos fatos, a fim da predominância de ações que legitimem o discurso hegemônico de uma elite simbólica.

O Grupo RBS, além de legitimar a defesa da propriedade privada, apresenta de forma visível a aproximação da concepção neoliberal de Estado e incentivando a atuação do terceiro setor em parceria com as ações estatais. A descaracterização da ocupação de seu caráter político crítico e a definição do movimento social como uma Organização Não Governamental-ONG, caracteriza uma tentativa de esvaziamento da ideológico do movimento, facilitando um processo de cooptação do movimento social para a lógica institucional.

Dentre as três mídias analisadas, destaca-se a adesão de um posicionamento ideológico elitista em duas delas, favorecendo os interesses estatais e legitimando a propriedade privada em detrimento aos interesses sociopolíticos e coletivos. O domínio dos meios de comunicação por uma elite simbólica ocasiona a limitação da influência do discurso corporativo das minorias, tornando-os pouco capazes de desafiar com sucesso as ideologias subjacentes. A manipulação utilizada pela elite simbólica pode ser considerada um abuso de poder, já que por vezes os cidadãos são manipulados a acreditar que as medidas elitistas defendidas junto aos meios de comunicação são tomadas para protegê-los (DIJK, 2015).

Por fim, ainda que existam mídias que viabilizem um discurso crítico e que legitimem e valorizem os interesses e demandas das minorias, constatou-se o predomínio dentre a maior parte das mídias analisadas da defesa interesses privados e estatais, utilizando do poder simbólico para coagir os leitores através da manipulação a indução da lógica hegemônica e elitista.

4 Referências

AZEVEDO, Sérgio de. **As metrópoles e o direito à cidade**: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano – Programa de pesquisa da Rede Observatório das Metrópoles 2015-2020. Documento complementar. Rio de Janeiro, 2014.

BARAÚNA, Mara L. As irmãs mirabal e o dia da não violência contra a mulher. **GGN-Jornal de Todos**, 25 nov. 2014. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/as-irmas-mirabal-e-o-dia-da-nao-violencia-contr-a-mulher-por-mara-l-barauna>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

FEDOZZI, Luciano; CASTELLO, Iara Regina. **Região Metropolitana de Porto Alegre Expressão de dois polos com efeitos distintos em bem-estar urbano?** Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/ibe_u_portoalegre.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.

MOVIMENTO DAS MULHERES OLGA BENÁRIO. **Sobre o movimento**. Disponível em: <<http://movimentodemulheresolgabenario.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

RUDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 a atualidade. In. GERTZ, Rene (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul: Vol. 4 (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SANDER, Isabella. Ocupação quer se tornar centro de referência para mulheres. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 29 nov. 2016.

SANDER, Isabella. Mulheres que ocupam prédio da Inspetoria salesiana devem ser despejadas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 1º dez. 2016.

SUL 21. **Institucional**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/institucional/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.